

## **Arranjos Ideológicos e Criminalização da Pobreza na Era da Globalização: desafios ao enfrentamento da questão social**

### **Arrangements ideological and criminalization poverty in the era of globalization: the challenges facing the social issue**

**Ingrid Karla da Nóbrega Beserra\***

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma análise do fenômeno da globalização com foco nos desafios que são colocados para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, para o enfrentamento da questão social. Além disso, aborda o cenário adverso que se apresenta para a sociedade, através da destituição dos direitos sociais e das políticas públicas, e do aprofundamento da criminalização da pobreza, com a destituição de um Estado Social em detrimento de um Estado Penal. A compreensão central desses aspectos é desenvolvida através da análise acerca da disseminação de arranjos e complexos ideológicos que são colocados para a sociedade através do projeto capitalista.

**Palavras-chave:** Questão Social. Globalização. Criminalização da Pobreza.

**Abstract:** This paper analyzes the phenomenon of globalization and the challenges that are posed to the working class and hence to confront the social question. Additionally, tackles the adverse scenario that presents itself to society, through the removal of social rights and public policies, and deepening the criminalization of poverty, with the dismissal of a Welfare State instead of a Penal State. The central understanding of these aspects is developed through the analysis about the spread of arrangements and ideological complexes that are placed on society by the capitalist project.

**Keywords:** Social Issues. Globalization. Criminalization of Poverty.

Recebido em: 12/02/2015. Aceito em: 09/03/2016.

---

\* Mestre em Serviço Social pela UFPE (2016). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão (Faintvisa). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (Fachusst). Supervisora de Pesquisa da Universidade de Pernambuco (UPE). Integrante do Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (Arcus) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Direitos Sociais (Nepps). E-mail: ingridkarla.nobrega@gmail.com.

## Introdução

O domínio do capital e suas investidas mercadológicas têm demandado dos Estados Nacionais a construção dos mais diferentes mecanismos de superação da crise estrutural e de controle ou criminalização das consequências societárias emanadas desse processo, iniciado principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Como o capital não consegue superar integralmente suas contradições, resta como opção a execução de estratégias que possibilitem o controle das consequências em patamares que sejam compatíveis com a própria lógica de reprodução.

Verifica-se que, na atual forma de expansão do capitalismo, a forma especulativa, várias saídas têm sido adotadas como forma de elevação das taxas de lucro e de expropriação do trabalho através da extração da mais-valia. São exemplos claros o investimento em tecnologias informatizadas e a globalização.

A construção dessas estratégias direcionou ainda mais o aprofundamento do imperialismo dos países de Primeiro Mundo sobre os países ditos de Terceiro Mundo.

O discurso da globalização<sup>1</sup> como estratégia de superação da pobreza e das desigualdades sociais provocou ainda mais o aviltamento da situação da classe trabalhadora em sua dimensão econômica, ideológica e social.

A estratégia de um mundo globalizado vem sendo oferecida como uma *varinha mágica* para o enfrentamento de todos os problemas e contradições do projeto burguês, no mundo atual. Compreende-se, no entanto, que o capitalismo se direcionou desde o início à globalização e não apenas há algumas décadas, como é apresentado em alguns estudos (MÉSZÁROS, 2009).

O ideário neoliberal e o esvaziamento dos investimentos nas políticas sociais direcionaram ao Estado um traço de ênfase ao atendimento das demandas do mercado. O *Welfare State* europeu

se viu engolido pelos ditames econômicos do capitalismo, na última quadra do século XX.

As mudanças ocorridas na esfera econômica e estatal, via emergência da reestruturação produtiva, da financeirização da economia e das políticas neoliberais, provocaram a corrosão de direitos e afetaram diretamente o mundo do trabalho, que se viu “flexibilizado” e marcado por elementos destrutivos, conforme aponta Wacquant (2011): “a precariedade e a pobreza de massa, a generalização da insegurança social no cerne da prosperidade encontrada e o crescimento vertiginoso das desigualdades, o que alimenta segregação, criminalidade e o desamparo das instituições públicas” (WACQUANT, 2011, p. 49).

O processo de flexibilização ou reestruturação produtiva ditou ao trabalho novas implicações. A população passou a sofrer com o agravamento das expressões da questão social, tais como o desemprego estrutural, o crescimento da desigualdade social e o aumento da violência.

As consequências dos fenômenos foram capturadas pela ampliação de um Estado Penal em detrimento da destituição de um Estado Social. Dessa maneira, os elementos estruturais e graves das manifestações da questão social foram eliminados do processo de enfrentamento.

A população atingida pelo desemprego estrutural teve o seu grito de socorro engolido pelas grandes ondas de repressão e punição prisional. Nos Estados Unidos, por exemplo, Wacquant (2011) cita cinco tendências que revelam a constituição dessa “atrofia deliberada do Estado Social” e estruturação de uma “hipertrofia distópica do Estado Penal”, são elas: a expansão vertical do sistema ou a hiperinflação carcerária; a extensão horizontal da rede penal; o crescimento excessivo do setor penitenciário no seio das administrações públicas; o ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária; e a política de ação afirmativa carcerária (WACQUANT, 2011).

Para que esses elementos pudessem ser introduzidos na sociedade, tornou-se também necessária uma ampla investida ideológica: a mídia e as elites estatais impulsionaram a construção de engrenagens discriminatórias e estigmatizantes para a manutenção da ordem classista e de perseguição às classes subalternas.

No Brasil, por exemplo, a formação social é considerada degradante e com particularidades atenuadas, tendo em vista, por exemplo, o

<sup>1</sup> “A conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum ‘compromisso social’ - o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra mercado, tem sido coroado com êxito.” (NETTO, 2004, p. 47).

tratamento da questão social sempre de maneira repressiva, moral ou patológica, recebendo, inclusive, um tratamento inicial com caráter policialesco ou como “caso de polícia”. Observa-se que a inexistência total de um Estado de Bem-Estar Social no país intensificou ainda mais a gênese das contradições. Mesmo com a tentativa de implantação de um Estado Democrático de Direito a partir de 1988, verifica-se que a criminalização dos pobres não foi cessada.

O fenômeno de criminalização da questão social foi impulsionado pela expansão de novos elementos ideológicos de determinação. Essa é uma tendência que revela a estratégia de manutenção da ordem classista que busca o crescente aprisionamento, o policiamento da pobreza e a ampliação dos lucros do sistema que direciona a humanidade desde o século XIX.

Dessa maneira, o objetivo da temática proposta neste artigo é delinear os aspectos intrínsecos da atual etapa do sistema capitalista e as influências da globalização para o desenvolvimento desse processo, marcado por tendências crescentes de expropriação do trabalho e de sua intensificação.

O presente trabalho é resultado das discussões construídas através da disciplina *Serviço Social e Questão Social*<sup>2</sup>, ministrada pela Professora Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As referências utilizadas para esta análise estiveram presentes durante os estudos traçados no semestre e na ementa da disciplina. Outras fontes bibliográficas foram inseridas em caráter complementar para a apreensão de alguns elementos.

No primeiro tópico, apresenta-se o debate acerca da questão social, bem como a articulação dessa problemática com os elementos ideológicos e contraditórios que se manifestam sob a globalização do capitalismo. No segundo tópico, apresenta-se o debate teórico sobre o estudo da globalização, seguido, na terceira parte, pela análise das estratégias ideológicas que têm se manifestado sob a era da internacionalização do capital. Por fim, no quarto tópico e na conclusão,

discutimos o enfrentamento da questão social, a partir da criminalização da pobreza, partindo da discussão e das reflexões apresentadas por Wacquant (2011; 2013).

### **Questão Social: elementos para o debate**

A categoria questão social é utilizada nos mais variados estudos das ciências humanas e sociais. Evidenciam-se diversas compreensões e significados acerca da expressão acima. Em alguns estudos recentes, por exemplo, é definida por alguns autores como “nova questão social<sup>3</sup>”. Compreende-se, dessa maneira, que o fenômeno é analisado a partir de diferentes perspectivas, de acordo com o seu desenvolvimento histórico.

Verifica-se que o surgimento do fenômeno está relacionado ao cenário político, social e econômico da Europa no século XIX: o desenvolvimento do capitalismo e dos seus processos de industrialização direcionou rebatimentos ao conjunto da classe trabalhadora. Esta passava a enfrentar os sintomas do pauperismo e a sofrer com a precarização das suas condições de sobrevivência. Netto afirma, por exemplo, que:

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços dos espectros políticos. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação. (NETTO, 2004, p. 42).

Com o passar dos anos, a questão social se aprofundou pela exploração do trabalho e pela contradição social, característica intrínseca ao desenvolvimento do projeto capitalista.

<sup>2</sup> Disciplina Obrigatória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE (Mestrado).

<sup>3</sup> (CASTEL, 1998; PAUGAM, 2003; ROSANVALLON, 1995).

Para Santos (2012), os elementos determinantes da questão social só podem ser compreendidos a partir da análise da “Lei Geral da Acumulação Capitalista<sup>4</sup>”:

Isso significa dizer que a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho. (SANTOS, 2012, p. 26).

Compreende-se que o desenvolvimento produtivo do capitalismo direcionou a construção de níveis altíssimos de contradições sociais que passaram a interferir na reprodução social da classe trabalhadora.

O pauperismo, enquanto denominação para a gênese do fenômeno da questão social no século XIX, gerou diversas implicações para a sociedade. Verifica-se, como exemplo das expressões do fenômeno em pauta, o aumento da desigualdade social, o desemprego, a violência, a fome, entre outros que se complexificam, na atualidade, com a falta de acesso aos serviços sociais e às políticas sociais.

O desenvolvimento do sistema capitalista trouxe novas condições e contradições ao conjunto da classe trabalhadora. As consequências desse modo de produção interviram diretamente nas condições materiais da vida humana (IAMAMOTO, 2001).

A partir dessa compreensão, a questão social pode ser definida a partir da “emergência da classe operária e o seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder, e, em especial, pelo Estado.” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Ou ainda, conforme aponta Netto:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2004, p. 45).

O projeto ideológico e econômico impulsionado pelo sistema capitalista coloca para o conjunto da sociedade um emaranhado de contradições que possuem como determinantes estruturais o empobrecimento objetivo e subjetivo da classe trabalhadora.

Ao transformar tudo em mercadoria, o capitalismo vem sujeitando os trabalhadores e suas famílias ao domínio das leis do mercado. Este passa a utilizar os mais variados mecanismos de dominação e encontra no Estado a sua base fundamental. Citam-se, por exemplo, a legislação protetora, as associações mútuas e as alianças de classe (PEREIRA, 2000).

Ao apropriar a riqueza produzida pela classe que vive da venda da força de trabalho, a burguesia amplia a questão social e as suas expressões, entendidas, dessa maneira, como inerentes à contradição fundamental do modo de produção capitalista.

A análise da questão social possui diversas perspectivas. Aquelas que consideram o fenômeno inerente à contradição entre capital e trabalho podem ser encontradas em estudos como os de Arcoverde, que considera a questão social como a “síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social.” (ARCOVERDE, 2008, p. 109).

Ou, ainda, nos estudos de Telles, nos quais, ao concordar com esta forma de análise, considera que a discussão da questão social é uma maneira de problematizar os dilemas do mundo contemporâneo:

A questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas,

<sup>4</sup> “A acumulação do capital requer a existência prévia não apenas de uma população disponível, mas de uma população disponível suficientemente pobre, ignorante, oprimida e desesperada, que possa ser recrutada como mão de obra barata e introduzida no sistema capitalista num piscar de olhos.” (HARVEY, 2013, p. 259).

problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. Discutir a questão social significa um modo de se problematizar um dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo: a crise dos modelos conhecidos de *welfare state* (que nunca se realizou, é bom lembrar), que reabre o problema da justiça social, redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho e que, nas figuras atuais do desemprego e trabalho precário, indica uma redefinição do lugar do trabalho (não a perda de sua centralidade, como se diz correntemente) na dinâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também modos de representação. (TELLES, 1996, p. 85).

Compreender os dilemas do mundo contemporâneo é compreender também os elementos econômicos, políticos, culturais e ideológicos introduzidos na sociedade capitalista através de fenômenos estratégicos que buscam homogeneizar as particularidades e contradições vivenciadas nos diversos países e que por vezes expressam os aspectos contraditórios do projeto capitalista.

Nos estudos mais recentes que buscam analisar o fenômeno em debate, percebe-se que há a construção de uma perspectiva que, a partir da compreensão de novos elementos, o entende como “nova questão social”. Para Pastorini (2004):

Os defensores da “nova questão social” partem do pressuposto que as novas transformações ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a questão social que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental. Assim, no processo inacabado de busca pela novidade, entram em cena, os “novos sujeitos”, os “novos usuários” que teriam “novas necessidades”. Essas necessidades seriam produtos das transformações da sociedade capitalista vividas, mundialmente, a partir de meados dos anos 70, que trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômicos e sociais. (PASTORINI, 2004, p. 16).

Autores como Robert Castel<sup>5</sup> analisam a questão social a partir dos fenômenos que os trabalhadores enfrentam hoje, tais como: o enfraquecimento da condição salarial, o desemprego, o trabalho informal e a necessidade de um novo controle social. Compreende, ainda, que o poder público é importante para que se estabeleça o mínimo de coesão social (FERREIRA, 2007).

Compreende-se que o mundo globalizado tem impulsionado diversas alterações nas formações históricas dos países e, compatível, com o projeto da ordem burguesa vem implicando novas contradições e manifestações da questão social.

A complexidade do fenômeno, na atualidade, é profunda. As estratégias do capital, aliadas à globalização, colocam para a classe trabalhadora novos dilemas e misérias de toda ordem, sejam elas objetivas ou subjetivas. A crise estrutural do capitalismo dimensiona novas contradições e coloca para o mundo expressões que vêm sendo enfrentadas de maneiras imediatistas ou fragmentadas.

A globalização, enquanto uma tentativa de homogeneização dos países, passou a interferir nos modos de vida da população, que em todos os lugares do mundo passou a sofrer com a falta de acesso a condições dignas de sobrevivência e com diversas formas de pobreza, entendida aqui para além das necessidades biológicas.

### **Dimensões conceituais acerca do estudo da globalização**

A globalização é um processo sócio-histórico e que vem direcionando mudanças nas formas de sociabilidade e nos processos de trabalho em todas as partes do mundo. A sua conceituação parte de princípios e de teorias heterogêneas.

Nas ciências sociais, compreende-se que as interpretações da globalização estão presentes nos mais variados estudos e a partir de diversificados aspectos. Alguns elementos do estudo e da inserção dessa temática podem ser verificados a partir de novas determinações.

As teorias sociológicas recentes apresentam explicações a respeito do fenômeno e

<sup>5</sup> A questão social para Castel é entendida como a “tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial.” (CASTEL, 1998, p. 30).

alguns aspectos podem ser verificados, como por exemplo: as pesquisas sobre as relações internacionais, a geopolítica, a integração regional, o sistema-mundo, a economia-mundo, os três mundos, a fábrica global, a cidade global, o *shopping center* global, a ONU, Unesco, Unicef, FAO, FMI, Bird, Gatt, Otan, Nafta, Mercosul, imperialismo, multilateralismo, multinacional, transnacional, ascensão e queda das grandes potências, entre outros elementos (IANNI, 1994).

É notório e contundente afirmar que o processo e o desenvolvimento da globalização interferiram e direcionaram mudanças nos mais variados aspectos da vida social: em suas dimensões culturais, políticas, ideológicas, espirituais, entre outras.

Observa-se, na maioria dos estudos, que a globalização não é um fenômeno recente. Registra-se que o capitalismo desde o seu início caminhou em direção à expansão e cooptação das culturas e das formações históricas de todas as nações.

Compreende-se que as crises do capitalismo impulsionaram sempre novas reorganizações do sistema. A globalização, a financeirização e a internacionalização do capital, por exemplo, podem ser compreendidas como estratégias históricas que buscaram redimensionar os padrões de acumulação e de valorização do capital em todos os Estados Nacionais.

Para Chaves (2009), os Estados Nacionais têm sido impactados com as transformações que surgiram no contexto da globalização. Em relação a alguns assuntos, as fronteiras estão sendo obscurecidas e outras forças acabam se constituindo como formas de poder:

A suposta perda do poder do Estado-Nação, em grande parte, deve-se ao fato da interdependência dos mercados financeiro e monetário em todo o mundo, operando como um todo em tempo real e através de transações cambiais entre as diversas unidades monetárias nacionais. Esse fato impulsiona o Estado-nação a perder o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas, embora continue exercendo certa autonomia no estabelecimento de regulamentações e no controle sobre os seus cidadãos. (CHAVES, 2009, p. 3).

Compreende-se que o Estado, o sistema econômico mundial e toda a população passaram a ser desafiados com o desenvolvimento da globalização. É um fenômeno contraditório de “homogeneização” e fragmentação que revela o caráter ideológico do projeto burguês.

Os ideais buscam ao mesmo tempo solucionar as desigualdades mundiais, emanadas do desenvolvimento do projeto capitalista e ocultar as contradições estruturais: uma sociedade classista, baseada na exploração do homem pelo homem.

Pode-se afirmar que a mundialização ou internacionalização do capital aliada ao desenvolvimento histórico da globalização possui dimensões intrínsecas, baseadas na construção de elementos que sejam capazes de alterar as coletividades e os grupos sociais, gerando relações de interdependência e influenciando o caráter imperialista das grandes nações sobre as populações historicamente dominadas em suas características culturais, econômicas, étnicas, religiosas, sociais e políticas.

Conceitualmente, verifica-se que a globalização não é uma categoria de análise unívoca. O fenômeno pode ser analisado a partir de várias dimensões. Segundo Alves, essas dimensões tendem a constituir determinações sócio-históricas no plano da ideologia e da política; no plano da economia e da sociedade e no plano do processo civilizatório humano-genérico (ALVES, 2001).

Ou seja, segundo esse autor, os estudos que se referem a essa temática podem estar relacionados ao estudo da globalização como uma forma de ideologia, como um processo de mundialização do capital e, por fim, como um processo civilizatório humano-genérico.

Ianni (1994) considera o fenômeno da globalização como um novo objeto de análise das ciências sociais. Dessa maneira, apresenta cinco características que merecem ser registradas:

- a) A maioria dos estudos está baseada, principalmente, no evolucionismo, funcionalismo, teoria sistêmica, teoria estruturalista, weberiana e marxista. Outras análises, no entanto, realizam tentativas de combinar elementos das várias teorias, em formulações ecléticas.
- b) Os estudos priorizam determinadas características da sociedade global, como por exemplo, os elementos, econômicos, financeiros, tecnológicos, informáticos, culturais,

religiosos, políticos, geopolíticos, ecológicos, sociais, históricos, geográficos e outros, sem considerar abordagens mais integrativas ou estruturais relacionadas ao fenômeno.

- c) A maioria dos estudos está situada numa perspectiva que pode ser denominada de convencional, focalizando apenas alguns elementos da sociedade global.
- d) O método de análise presente na maioria dos estudos é o comparativo. São comparados, por exemplo, nações e continentes, regimes políticos e políticas governamentais, indicadores econômicos, financeiros, políticos, sociais e culturais, entre outros.
- e) Os estudos que se posicionam nos horizontes da desterritorialização são poucos. Esta perspectiva pode passar pelas análises convencionais, mas não se fixa em nenhuma como a prioritária ou privilegiada.

Pode-se afirmar que os estudos relacionados ao tema da globalização são heterogêneos e que estão relacionados às várias perspectivas teóricas e metodológicas no âmbito das ciências humanas e sociais.

São estudos vinculados a uma teoria específica ou ao conjunto delas, referenciado ao ecletismo presente nas várias pesquisas e relacionado às mais diversas temáticas. Longe de significar um aspecto positivo, é notório que está posto para as ciências sociais um desafio: compreender o mundo globalizado e as diferentes consequências articuladas ao sistema que rege a estrutura social e as suas relações.

Estudos como o de Castells, por exemplo, apresentam a globalização como um determinismo histórico e fruto de um processo irreversível, resultante da revolução nas tecnologias da informação. A revolução em questão é, para ele, uma nova divisão do trabalho que não se dá entre os países, mas entre agentes econômicos da economia global (CHAVES, 2009).

Para Arcoverde, Melo e Silva (2008):

A globalização não implica automaticamente num processo positivo ou negativo, e não se dá de forma homogênea em todo lugar, ou seja, enquanto em alguns locais houve um maior acesso a novas tecnologias, informações e bem-estar, em outros tais benefícios ainda são tímidos ou quase nulos ou até se deu de uma forma mais drástica a ponto de ser visualizado como negativo. (ARCOVERDE; MELO; SILVA, 2008, p. 8).

A globalização é, portanto, um fenômeno histórico que decorre de outros processos relacionados à dinâmica societária. Não pode ser confundida com a internacionalização<sup>6</sup> do capital, mas sem dúvida é um fenômeno decorrente desse processo, colocando para todas as nações uma reestruturação ou formação de novas identidades que sejam capazes de atender aos interesses de um mercado único para o capital mundial e sua atual etapa de financeirização, que precisa, além de outras coisas, implantar novas tendências, novos hábitos e até mesmo novas formas de exploração, sua base de sustentação.

Os processos de mundialização do capital colocam para as nações novas formas de segmentação e cisões de toda ordem. Através de um reordenamento e da construção de arranjos ideológicos, novas formas de pobreza e exclusão passam a surgir.

As diversas manifestações da questão social não puderam ser enfrentadas através da fórmula mágica do mundo globalizado, pelo contrário, as suas contradições foram atenuadas e os mecanismos de superação passaram a ser respondidos de maneira arbitrária ou através dos entraves da criminalização da pobreza.

### **As estratégias e arranjos ideológicos na era da globalização: o apelo mercadológico e a internacionalização do capital**

O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo direciona a construção de estratégias mercantilistas para a superação dos níveis de lucratividade do capital. Os efeitos drásticos desse processo complexificam as contradições da questão social e buscam fazer emergir novas ideias de controle dos mais variados níveis de pobreza. Essas ideias vêm se configurando através do neoliberalismo, da Contrarreforma do Estado ou do neodesenvolvimentismo.

Para Alves, a globalização surge enquanto forma de ideologia principalmente a partir da década de 1980 e é considerada um processo

<sup>6</sup> “A “globalização” – ou a mundialização do capital – é, antes de tudo, a “globalização do capital” e não a mera “globalização das trocas”. O que implica em não reduzir a nova etapa de internacionalização capitalista a uma mera continuidade da ocidentalização do mundo, iniciada no século XV.” (ALVES, 1999, p. 61).

que está relacionado à crise irreversível do capitalismo:

A ideologia da globalização, tal como nós a conhecemos hoje, surgiu (e se impulsionou) a partir da mundialização do capital ocorrida a partir da década de 1980. É só a partir de uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que a ideia de globalização, com todos seus aspectos impressionistas, por exemplo, as ideias de “aldeia global” ou de “sociedade global”, tendeu a adquirir um conteúdo sócio-histórico concreto mais desenvolvido e a constituir uma ideologia orgânica elaborada. (ALVES, 2001, p. 30).

Pode-se perceber que o fenômeno da globalização adentrou todos os territórios, através de investidas ideológicas e do discurso de superação da pobreza e de humanização do capital. São extremamente atuais os ideais de uma sociedade inclusiva e da necessidade de construção de um *solidarismo* de classes para o bom desenvolvimento das economias que se encontram drasticamente afetadas.

Verifica-se que, nesse processo contraditório, o ilusionismo do pleno emprego; do discurso da igualdade entre as potências mundiais e as demais nações; e da eliminação da pobreza acaba por desconsiderar a funcionalidade de toda e qualquer forma *humanista do capital* diante de uma ordem classista e exploratória.

Nesse processo, as características nacionais, as riquezas dos territórios e a subjetividade humana foram capturadas numa tentativa de homogeneização do capital nos diversos países, conforme aponta Iamamoto (2010):

Em um mercado mundial realmente unificado, impulsiona-se a tendência à homogeneização dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo – por meio da tecnologia e da multimídia. Homogeneização esta apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais. Acelera-se, pois, o desenvolvimento desigual, aos saltos, entre empresas, ramos de produção da indústria e de diferentes nações, e, no interior dos países, a favor das classes e grupos dominantes, reafirmando as tendências apontadas por Lênin (1976). A transferência da riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico,

da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. (IAMAMOTO, 2010, p.111).

A ideologia do projeto burguês, na sua atual forma, dissipa estratégias de organicidade e ao mesmo tempo reitera o seu aspecto transnacional. O capitalismo expande não apenas a necessidade de circulação internacional do capital financeiro, mas reitera a necessidade de globalizar a ideologia, o Estado, as instituições e tudo aquilo que possa fazer parte do circuito das mercadorias.

O apelo mercadológico para a superação de toda e qualquer crise emanada desse sistema se vincula ao neodesenvolvimentismo, por exemplo, numa tentativa de implantar estratégias de que somente haverá desenvolvimento social quando houver desenvolvimento econômico.

Para isso, é necessário que os indivíduos sejam culpabilizados por toda e qualquer forma de negatividade das relações econômicas, sem considerar que nesse processo, na medida em que o capital se globaliza, exclusões, desigualdades e pobreza de toda ordem também se expandem, pois, na lógica contraditória desse sistema: uma classe social é condição de existência da outra.

As alternativas globais pensadas para o desenvolvimento do social humano são meramente funcionais ao sistema. A lógica da internacionalização do capital é a lógica da circulação das mercadorias e da exploração do homem sobre o homem.

Os defensores da lógica de um mundo global, tal como está posto, colocam para as populações uma “deturpação facciosa” e com plena direção estratégica do capitalismo, conforme aponta Mézáros (2004):

Quando pensamos na alternativa global necessária, o ponto de partida não pode ser outro que não o reconhecimento das restrições existentes, de forma a sermos capazes de contrapor à defesa cética – e geralmente até mesmo cínica – de que “não há alternativa” uma visão muito diferente da deturpação facciosa das tendências de desenvolvimento de uma “globalização” invencivelmente capitalista. (MÉSZÁROS, 2004, p. 43).



A ideia de que as alternativas às desigualdades oriundas do sistema são a globalização, a internacionalização do capital ou a mundialização do sistema financeiro está fadada ao descrédito. A desterritorialização e os processos emergentes desse fenômeno não significaram para o mundo melhoria nas condições de sobrevivência, mas ao contrário: possibilitaram o investimento em novas tecnologias a um custo mais baixo, através da utilização maciça de mão de obra escrava, trabalho infantil e utilização das riquezas presentes em vários países.

São cenários para a consolidação desse processo, a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho, além da diminuição ou enxugamento dos direitos sociais, que encontraram no Estado e na ideologia neoliberal os aparatos eficazes para o seu funcionamento. Uma nova era de precarização estrutural tem surgido e possui como principais características:

- 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”;
- 2) a criação de falsas cooperativas a fim de dilapidar ainda mais as condições de remuneração aos trabalhadores, erodir seus direitos e aumentar os níveis de exploração de sua força de trabalho;
- 3) o “empreendedorismo, que se configura cada vez mais como forma oculta de trabalho assalariado e multiplica as distintas formas de flexibilização de horário, salarial, funcional ou organizativa;
- 4) degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global.

É nesse quadro que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação social protetora do trabalho em várias partes do mundo e ampliando a destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, em especial, após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2013, p. 20).

A estratégia de construção de uma fábrica global tornou evidente para o mundo as diversas formas de contradição e de desigualdades. Como o capital não consegue manter as suas taxas de lucratividade sem a construção de ideologias, várias estratégias foram montadas em torno

da alienação e da necessidade de resoluções imediatistas.

A ideologia do apelo mercadológico é intensificada através do capitalismo globalizado. A lógica da sociedade em rede, da sociedade informacional, dos celulares de alto padrão e da disseminação midiática nunca esteve tão presente em todas as relações sociais. A subjetividade da classe trabalhadora, que fora capturada, encontra no mercado de autoajuda, por exemplo, respostas emocionais para a vida desestruturada (ALVES, 2011).

Além de uma ideia de conformação da pobreza, transita-se nesse espaço, principalmente para aqueles que se encontram supérfluos no mundo do trabalho ou para o “lumpemproletariado”<sup>7</sup>, o apelo da classe dominante à lógica da segurança e de aprisionamento ou encarceramento dos pobres.

Assiste-se hoje em todo o mundo a violências das mais diversas formas e resoluções que não consideram as contradições estruturais da questão social. São colocados como soluções o encarceramento, a redução da maioria penal e o “chamamento” a um Estado punitivo ou penal, nos termos de Wacquant. Desenvolve-se, pois, um Estado penal para responder à dessocialização do trabalho assalariado e à pauperização relativa ou absoluta do proletariado, através do aumento dos meios e da intensidade das intervenções policiais ou judiciárias, reestabelecendo uma verdadeira *ditadura sobre os pobres* (WACQUANT, 2011).

No lugar das garantias de direitos ou da construção de um projeto de sociedade emancipatório, aprisionam-se aqueles que não são considerados úteis ao capitalismo, através de uma verdadeira perspectiva higienista ou policialesca.

A ideologia capitalista coloca para os indivíduos a culpa por sua situação de miséria e, de outro lado, continua transformando tudo em mercadoria. A lógica da segurança e o mercado relacionado a este setor, por exemplo, são

<sup>7</sup> De acordo com o pensamento marxiano, existem três extratos da superpopulação relativa: a flutuante, a latente e a estagnada. O lumpemproletariado está inserido justamente no extrato da superpopulação estagnada: aquela parcela da população empregada de maneira muito irregular e particularmente muito difícil de mobilizar. No lumpemproletariado, insere-se a camada mais baixa da superpopulação estagnante, uma parcela do pauperismo (HARVEY, 2013).

amplamente funcionais e rendem milhões aos grandes empresários todos os anos.

### **A criminalização da pobreza na era da globalização e da mundialização do capital: desafios ao enfrentamento da questão social**

Estima-se que existam hoje cerca de 197 milhões de pessoas desempregadas no mundo, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este número representa um aumento de 4,2 milhões, se comparado ao ano de 2012. Isso significa, ainda, uma taxa de desemprego de 5,9 por cento, de acordo com dados presentes no documento denominado *Tendências Mundiais de Emprego* (OIT, 2013).

Este dado, por si só, já contraria a teoria do pleno emprego e a ideia de que a globalização resolveria todos os problemas mundiais e diminuiria as desigualdades sociais e econômicas. Pelo contrário, coloca à mostra o caráter estratégico determinante para a circulação de capital e sua organicidade através do capital financeiro.

A crise de 2008, ou a chamada crise do neoliberalismo, configura novos cenários, nos quais até as próprias potências mundiais implantaram medidas de austeridade. Os processos amplos de desemprego enfrentados por países da Europa fizeram com que um número elevado de trabalhadores migrasse em busca de oportunidades de trabalho. Países como o Brasil, por exemplo, vêm recebendo parcelas do operariado mundial que estão em busca de alguma ocupação.

Verifica-se que não há apenas uma globalização da produção de mercadorias no mundo, mas também uma globalização da questão social. A pobreza<sup>8</sup>, como uma das suas expressões, apresenta ainda números alarmantes. Segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano (2014), através do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o mundo tem 2,2 bilhões de pessoas pobres ou quase pobres (PNUD, 2014).

A OIT ainda reconhece que, nos países desenvolvidos, 899 milhões de trabalhadores têm renda menor do que US\$ 2 por dia, representando cerca de um terço do total dos trabalhadores (OIT, 2013).

A teoria de Marx acerca de Lei Geral da Acumulação Capitalista se torna evidente, pois, para que a acumulação continue a se reproduzir e a riqueza permaneça em circulação, é necessário que haja um número de trabalhadores excedentes. Estes vão sendo excluídos cada vez mais dos postos de trabalho por meio dos investimentos no uso de tecnologias e acabam sendo “incluídos” nas atividades ou ocupações mais precárias e flexíveis inerentes à atual constituição do mundo do trabalho:

Os novos requerimentos tecnológicos e os novos padrões de organização do processo produtivo sobrepõem às antigas e persistentes desigualdades uma segmentação cada vez maior entre setores crescentemente restritos de trabalhadores mais qualificados, mais valorizados e preservados em seus empregos, e uma maioria que não apresenta as habilitações exigidas pelo novo padrão produtivo, transitando entre o desemprego, o mercado informal e as velhas e novas formas de trabalho precário. (TELLES, 1996, 90).

Mais um dado importante está relacionado ao número de jovens desempregados nas economias avançadas. Cerca de 30 por cento ficaram sem emprego durante seis meses ou mais. A OIT, segundo essa informação, afirma que, como consequência, um número crescente deles (dos jovens) perde a motivação e se retira do mercado laboral (OIT, 2013).

O desemprego e as extremas condições de miséria passam a ser enfrentados pela lógica da destituição dos direitos, com o avanço do neoliberalismo, e através dos aspectos punitivos, conformativos ou criminalizantes da questão social. No alvo dessa investida estão principalmente os jovens pobres, negros e a população de rua.

Na perspectiva de Wacquant (2011;2013), a ideologia de um Estado Penal surge com o objetivo de conter as consequências oriundas do desemprego estrutural; da flexibilização e precarização do trabalho; e do enxugamento das políticas sociais.

<sup>8</sup> “Em relação à mensuração, boa parte dos estudos sobre pobreza, inclusive as estatísticas oficiais do Brasil, relacionam pobreza à renda per capita familiar. É utilizada como parâmetros para identificar os pobres, as linhas de pobreza e indigência ou extrema pobreza.” (ARCOVERDE; SANTOS, 2011, p. 4).

De acordo com essa lógica, para conter as “classes perigosas” é necessário disciplinar e aprisionar, através de uma estratégia mecanicista e imediatista que busca resoluções estigmatizantes através do uso do aparato policial.

Para Wacquant (2011), a partir da década de 1990, países da Europa e os Estados Unidos passaram a fortalecer os aparelhos coercitivos do Estado e das instituições privadas, criando um verdadeiro social panoptismo, ou seja: uma ampla estratégia de vigilância para as denominadas *populações sensíveis*.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a partir desse período foram observados cortes orçamentários para o social e um aumento nos recursos para a segurança pública. A política de “tolerância zero” encontra na mídia e nos serviços informacionais a sua base de sustentação, tendo em vista o papel que os canais televisivos possuem para ideologizar e alienar.

Com os frutos da globalização, diversos países passaram a adotar também as medidas policiais para a resolução das contradições impulsionadas pelo ideário burguês. No caso brasileiro, por exemplo, verifica-se uma formação social baseada no trato dos problemas através de medidas coercitivas. As disparidades sociais e regionais, combinadas com as expressões da questão social, alimentam o crescimento da criminalidade. O exemplo norte-americano para o mundo acaba por agravar os males sofridos pela população brasileira e dificultar a operacionalização de uma democracia para além do regime legal:

A adoção das medidas norte-americanas de limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulado só irá agravar os males de que já sofre a sociedade brasileira em seu difícil caminho rumo ao estabelecimento de uma democracia que não seja de fachada. (WACQUANT, 2011, p. 14).

Compreende-se que, além disso, o terreno contraditório entre capital e trabalho lança diversos desafios ao enfrentamento da questão social, na atualidade, conforme bem cita Iamamoto (2001):

Recicla-se a noção de “classes perigosas” – não mais laboriosas – sujeitas à repressão e

extinção. A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos de trabalhadores. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Os desafios ao enfrentamento da questão social hoje se relacionam aos grandes desafios enfrentados pelas transformações do mundo do trabalho. Os ataques a este configuram uma difícil problemática.

Atualmente, não se torna difícil encontrar notícias de diversos trabalhadores em todas as partes do mundo que são escravizados por empresas transnacionais que, com as investidas de internacionalização, acabam por ocupar cada vez mais países em busca de mão de obra barata ou matérias-primas a baixo custo.

Como exemplo atual dessa forma escravocrata de conduzir o trabalho, cita-se o caso das indústrias têxteis do Camboja. A atividade representa um dos principais setores econômicos para o país, que vende as peças especialmente para o Japão e para a Espanha. Essa forma grave de terceirização para a diminuição dos custos das multinacionais tem levado ao adoecimento milhares de trabalhadores em todo o mundo, conforme depoimentos apresentados por Laura Villadiego no jornal espanhol, *El Diario*, e traduzidos para a Revista Fórum, no ano de 2014:

– O excesso de trabalho, somado à alimentação precária e às elevadas temperaturas, provocaram diversas sequências de desmaios em massa nas oficinas.

– Com as mesmas mãos que costuram as camisetas e calças que depois são vendidas da Espanha ao Japão, sustentavam (os trabalhadores) cartazes nos quais reivindicavam o aumento de seu ínfimo salário, para enfrentar a alta do custo de vida no país asiático. Eles acabaram manchados pelo sangue de cinco trabalhadores, que morreram naquele 3 de janeiro por conta da dura repressão policial, e de quase 40 feridos que precisaram ser levados a hospitais. Um dos manifestantes

continua desaparecido. (VILLADIEGO, 2014, *on-line*).

Nos últimos anos, as tendências ao enfrentamento da questão social têm recuado a práticas antigas de repressão e de aprisionamento. Ou, ainda, pode ser citado o retorno às práticas assistencialistas ou caritativas que desconsideram o caráter das lutas pelas conquistas dos direitos e das políticas sociais.

Além disso, verifica-se uma clara hibridização do Estado, que, através da junção entre o público e o privado, tem construído uma armadilha concreta para a garantia e manutenção dos direitos da população usuária.

A privatização dos serviços e a ampliação das iniciativas fundadas no Terceiro Setor fazem parte de uma ideologia fundada no neoliberalismo, que implica em consequências graves para as políticas públicas. Estas, na atual conjuntura, passam a ser fragmentadas ou focalizadas.

A estratégia da globalização, nesse contexto, vem dimensionando e agudizando as manifestações da questão social, deixando a população vulnerável a arranjos e tendências ideológicas que se reproduzem em todas as formas de relações. Tendências estas que acabam, muitas vezes, gerando um conformismo de massa diante dos problemas estruturais.

### Considerações finais

A globalização impulsionou mudanças para a vida de milhões de trabalhadores. Este fenômeno possui diversos precedentes claros na história da humanidade. No entanto, verifica-se que, a partir da década de 1980, como consequência da crise estrutural do capitalismo, vem ganhando proporções e se alimentando da construção de ideologias para cooptar mentes e corações para o projeto do capital.

A lógica nefária da segregação econômica, social, sexual, racial, cultural e política vem acompanhando a existência desse fenômeno e agudizando as expressões da questão social. Diversos trabalhadores são colocados diariamente para fora do mercado e, como forma de sobrevivência, acabam se inserindo em atividades precárias ou sendo alvo de outras manifestações que permeiam as estruturas contraditórias da sociedade capitalista.

A lógica do aprisionamento e do encarceramento da questão social é uma medida segregacionista e que não resolverá as bases de um problema histórico. Para que haja uma nova sociedade, sem desigualdades de qualquer natureza, é necessário um novo projeto. Sabe-se que as medidas de controle de massa, principalmente em relação a vários movimentos sociais, têm se tornado mais frequentes a cada dia, no entanto, a resistência é necessária.

Resistir às cooptações dos arranjos ideológicos do capitalismo, em tempos de apelos mercadológicos e do consumo, é desafiante, mas também um passo necessário para que haja uma sociedade emancipada.

A mundialização da questão social é, sem dúvida, um desafio, tendo em vista que um mundo globalizado é irreversível e que, em momento algum, haverá um capitalismo humanizado. A luta por direitos e a denúncia de toda e qualquer forma de dominação se tornam necessárias em tempos de avanço do neoliberalismo.

### Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do Trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boi tempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i) materiabilidade e valor**. In: Riqueza e Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Serviço Social e questão social na globalização**. Serviço Social e Realidade, Franca, São Paulo, Unesp, v. 17. n. 1, p. 102-124, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Manifestações da questão social no Brasil**. In: Violência, Exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais. Brasília: UNB, 2006. p. 17-27.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; MELO, Creusa da Silva; SILVA, Leonidas Leal da. **Cooperativismo e Blocos Econômicos na Globalização**. In: ENCONTRO

DE PESQUISADORES LATINO AMERICANOS DE COOPERATIVISMO (5). Movimento Cooperativo, Transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. Anais... Ribeirão Preto, SP: FEARP-USP, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; SANTOS, Giselli Caetano dos. **Pobreza: Conceitos, Mensuração e Enfrentamento no Brasil**. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (5). Anais... São Luís, UFMA, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **Estados Nacionais e Políticas Sociais no Mundo Globalizado: reflexões conceituais e desafios para a governabilidade**. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (4). Anais... São Luís. UFMA, 2009.

FERREIRA, José Roberto Resende. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Revista Educativa, Goiânia, v.10. n.1., p. 141-144, 2007.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social do Brasil**. Bauru, São Paulo: Educ, 2004.

IANNI, Octavio. **Globalização: Novo paradigma das ciências sociais**. Estud. av., v.8, n. 21, São Paulo, May/Aug, 1994.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Cortez, Paulus, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da questão social**. Temporalis 3, Brasília, DF, ABEPSS, Gráfica Odisseia, p. 41-50, 2004.

OIT. **Tendencias Mundiales Del Empleo 2013**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/>

tendenciasmundiaisdeempregoesumoespanhol\_974.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/desemprego-mundial-aumenta-novamente-mas-com-grandes-diferencas-regionais>>. Acesso em: 28 set. 2014.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/830>>. Acesso em: 28 set. 2014.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, Educ, 2004.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza**. Trad. C. Giorgetti e T. Lourenço. São Paulo: Educ, Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil**. Revista Ser Social, n. 6, Questão Social e Serviço Social, Brasília, UNB, p. 41-50, 2000.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3910>>. Acesso em: 28 set. 2014.

ROSAVALLON, Pierre. **La nueva cuestión social: Repensar el Estado providencia**. Buenos Aires, Argentina: Manantial, 1995.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Trabalhadores pobres: privação, exclusão e rebeldia**. Revista Sociedade e Estado, v. X, n. 2, julho-dezembro, p. 439-473, 1995.

TELLES, Vera da S. **Questão social: afinal, do que se trata?** Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Sead, v. 10, n. 4., out./dez., 1996.

VILLADIEGO, Laura. **Desmaios, Abusos e Mortes: assim se fabricam roupas no Camboja**. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/165/desmaios-abusos-e-mortes-assim-se-fabricam-roupas-em-camboja/>>. Acesso em: 28 set. 2014.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro. Zahar, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.